

AS RAÍZES DA DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA: A INCORPORAÇÃO DOS IDEAIS FRANCESES PELA SOCIEDADE BRASILEIRA, SEGUNDO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E FLORESTAN FERNANDES¹

Ana Monteiro Costa²

Resumo

O presente trabalho pretende contribuir para o debate sobre as razões da permanência da desigualdade social e econômica brasileira. Supõe-se que a assimilação, por parte da elite urbana nacional, e a não-assimilação, pela maioria da população, dos ideais do liberalismo clássico, utilizados na Revolução Francesa, corroboraram para a intensificação de nossa estratificação social. Para entender e descrever esse processo no Brasil, foram utilizadas as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes acerca de nossa constituição social. A luz dessas interpretações, constatou-se que a desigualdade social brasileira está no âmago de nossa constituição social e é, acima de qualquer outro aspecto, decorrente da distorção de valores éticos.

Palavras-chave: liberalismo, desigualdade social no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes.

Abstract

The present paper aims to contribute to the debate about the reasons of maintenance of brazilian social and economic inequalities. It has been said that an assimilation by part of national urban elite and the non-assimilation, by the great part of population of the classic liberalism ideals, used by the French Revolution, helped a lot to the intensification of our social stratification. To understand and describe this process in Brazil, it had been used the interpretation of Sergio Buarque de Holanda and Florestan Fernandes about our social constitution. According to this interpretations, it has been said that social brazilian inequality is present in the inner part of our social structure and has its origin, above all other aspect, from the ethical values distortion.

Key Words: Liberalism; social brazilian inequalities, Sergio Buarque de Holanda and Florestan Fernandes.

INTRODUÇÃO

A persistência da desigualdade social e econômica brasileira, as constantes necessidades de reformas institucionais (não realizadas), os contínuos “apoderamentos” do público pelo privado e a manutenção de mandonismos regionais são aspectos que nos remetem aos primórdios de nossa organização social. Parece que, entre nós, os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade não se difundiram; como se aqui não tivessem ocorrido as duas Revoluções de marcaram o século XVIII na Europa e que propiciaram a

¹Agradeço as contribuições e críticas sempre fundamentais de Leonardo Xavier da Silva.

²Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

evolução do capitalismo. Somos uma economia industrializada, porém, não dispomos de uma sociedade que preze pelos ideais da Revolução Francesa.

A partir do estudo das obras “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, e “A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes, pode-se interpretar que nossa herança cultural ibérica e nosso legado patrimonialista rural interferiram na incorporação dos ideais liberais em nossa sociedade. Considerando essa hipótese, o presente artigo propõe a retomada desses autores e de suas interpretações acerca do liberalismo clássico no Brasil, mostrando como a assimilação e a não-assimilação destas idéias contribuíram para a conservação e intensificação das desigualdades em nossa sociedade. O objetivo é contribuir para a discussão dos entraves sociais e éticos que persistem entre nós, inibindo o avanço da equidade social e econômica no Brasil.

O artigo traz uma revisão teórica dos argumentos desenvolvidos pelos autores e suas obras supracitadas. Acrescenta-se a isso a descrição do momento histórico da Revolução Francesa e de suas bases ideológicas, empregando-se, para tal, a obra de Eric Hobsbawm, “A Era das Revoluções”. A seguir, as obras de interpretação da sociedade brasileira são comparadas e são feitas considerações finais sobre esses estudos e a necessidade de repensar as éticas (valores) que permanecem em nós.

A Revolução Francesa e os seus ideais

O século XIX teve sua economia influenciada fortemente pela Revolução Inglesa e sua política e ideologia formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. Segundo Hobsbawm (2006), a França forneceu todo o vocabulário ideológico e os temas da política liberal e democrática para o resto do mundo. Para o autor, a Revolução Francesa foi uma revolução social de massa. O conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime absolutista e as forças sociais ascendentes eram muito mais latentes nessa sociedade, no século XVIII, do que em qualquer outra. No princípio, as reivindicações eram burguesas; no entanto, com o uso e a incorporação das massas, se tornou uma Revolução popular.

A Revolução eclodiu com a chamada reação feudal. Os nobres, que viam sua renda diminuir cada vez mais com o apogeu inglês e a inflação interna, utilizavam-se de seus privilégios para assumirem os postos oficiais, terem isenção de impostos e, ainda, receber recursos feudais. Ou seja, para manter sua renda, a nobreza restringia a ascensão social da

classe média ao se valer de seus prestígios para tomar os postos oficiais, ao mesmo tempo em que (se) utilizava-se do Estado em benefício próprio. Em reação, representantes da classe média, como os cavaleiros provincianos, buscavam manter sua renda, extorquindo dinheiro do campesinato. Portanto, a nobreza era responsável, direta ou indiretamente, por uma grande opressão social na França.

Neste contexto, a Revolução nasce da tentativa da aristocracia de recuperar o Estado. A Revolução Francesa não foi liderada por um partido ou movimento organizado no sentido moderno. No entanto, um grupo social, que tinha por consenso uma gama de idéias, foi coerente e deu ao movimento a unidade necessária. O grupo era a burguesia e as idéias que os uniam eram as do liberalismo clássico, formuladas por filósofos e economistas e difundidas pela maçonaria e associações informais (HOBSBAWM, 2006).

O liberalismo clássico tem como éticas (*valores normativos*) a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A liberdade é primordial para que cada pessoa possa viver sem opressão e do modo que deseja e julga melhor. A igualdade indica que a estratificação e diferenciação entre os membros da sociedade, conforme privilégios herdados ou conquistados, são danosos, incorretos e prejudicam o desenvolvimento humano pleno. Já a fraternidade prega que, apesar da importância da liberdade individual, a associação e a fraternidade entre todos os membros da sociedade são fundamentais para o desenvolvimento coletivo. A isso, Adam Smith, escreveu:

O homem [...] deve desconsiderar-se não separado e desvinculado, mas um cidadão do mundo, um membro da vasta comunidade da natureza e no interesse dessa grande comunidade, ele deve em todos os momentos estar disposto ao sacrifício de seu mesquinho auto-interesse (SMITH, 1999, p.140).

Apesar de seu referencial teórico, em um primeiro momento a Revolução Francesa não foi um movimento de massa, mas sim um grupo de reivindicações burguesas. Essas reivindicações foram compiladas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Neste documento é expressada a contrariedade à sociedade hierárquica de privilégios nobres, entretanto, não é um documento em favor de uma sociedade democrática e igualitária. A classe burguesa defendia a propriedade privada como algo natural, sagrado e inviolável. Afirmavam os burgueses que todos os cidadãos deveriam ter o direito de expressar-se politicamente, mas esta vontade poderia ser declarada de maneira direta ou indireta, por pessoas mais capazes. O burguês liberal clássico, de 1789, segundo

Hobsbawm (2006), defendia um governo de monarquia constitucional, controlada por uma oligarquia possuidora de terras.

Porém, para restringir os privilégios dos nobres e afirmar-se como classe, a burguesia necessitava do apoio e da força popular. Com vistas a conquista-los, os interesses burgueses passaram, oficialmente, a significar os interesses da nação, do “povo” francês. Criava-se um inimigo em comum, a nobreza, e interesses em comum, mas que na verdade continuavam sendo exclusivos da burguesia. O conceito de povo, identificado como nação, era um conceito mais revolucionário do que o programa liberal-burguês e, também, seria o responsável pelo despertar da massa, oprimida por uma forte crise socioeconômica e pela exploração das elites.

A burguesia, com o apoio da classe trabalhadora pobre e do campesinato, conseguiu constituir o Terceiro Estado, coibindo a nobreza e os privilégios hereditários. Porém, essa agitação reformista se transformou em revolução, por ter despertado nesse povo a sensação de poder, em meio a uma profunda crise socioeconômica. Para Hobsbawm (2006), dada a difusão do analfabetismo e da alienação política entre a classe trabalhadora, não fosse essa crise, deveriam ter acontecido no máximo pequenas revoltas locais por parte da massa. Mas, em 1788 e 89, uma grande convulsão no reino e os ideais pregados em campanhas eleitorais despertaram e motivaram um povo oprimido a livrar-se não só de uma nobreza, mas de libertar-se de toda e qualquer opressão. O que simboliza o *libertar* dessa massa, para Hobsbawm (2006), é a queda da Bastilha, uma prisão estatal que representava a autoridade Real. A queda da Bastilha fez com que a revolução chegasse ao campo e às cidades provincianas. Assim, a Revolução Francesa se deu de forma plena com a participação do povo e de uma facção da classe média, denominada jacobinos.

Apesar de influenciar a constituição política nacional de boa parte do mundo, os ideais franceses não foram incorporados homogeneamente nas diferentes nações. Buscando identificar como esses ideais foram assimilados pela sociedade brasileira e analisar as consequências dessa assimilação, foram estudadas as obras *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. Esses autores descrevem e interpretam o papel do liberalismo em nossa constituição social, e porque, aqui, ele foi assimilado de forma restrita.

O individualismo e a solidariedade nas Raízes do Brasil: a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda

Escrita na década de 1930, *Raízes do Brasil*, obra de Sérgio Buarque de Holanda, busca identificar, seguindo uma preocupação de sua contemporaneidade, a constituição e a formação do *ethos* brasileiro. Conforme sua interpretação, o brasileiro tem uma cultura enraizada na tradição ibérica, excessivamente personalista (valorização dos méritos pessoais), avessa à formalização, à abstração e à equidade. Essa herança gerou uma sociedade hierarquizada, onde os ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade foram absorvidos (assimilados) apenas pela elite local, não ocorrendo o mesmo por parte da grande população brasileira, formada por escravos e trabalhadores manuais. Não se trata de uma característica biológica, mas sim cultural, uma adaptação a novas formas de existência exigida dos ibéricos ao longo de sua história. Para o autor, é na formação de nossa sociedade que estão as raízes das desigualdades e das injustiças sociais e, de certa maneira, da apatia coletiva.

Segundo Sérgio Buarque, a falta de coesão na vida social brasileira não é um fenômeno moderno, apresentando-se desde a colonização. Nos países em que o feudalismo foi amplamente desenvolvido, os privilégios hereditários foram abolidos para que o princípio das competições individuais fosse difundido. Já nos países ibéricos, Portugal e Espanha, o feudalismo não se deu de forma plena, fazendo com que os princípios anárquicos fossem incipientes. Esses países desenvolviam-se à margem das outras nações européias, seguindo os ideais que traziam em seu germe. Para Sérgio Buarque, a característica que mais distingue Portugal de seus vizinhos é a cultura da personalidade, onde o valor de um homem aumenta à medida que este seja mais independente, que não necessite dos demais, que se baste. O autor resume essa característica em uma palavra em espanhol, *sobranceria*, que indica superação. Esse culto à personalidade, ao valor individual, impede, conforme sua interpretação, a formação do espírito de solidariedade:

é dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e tímida (p.32).

Essa força exterior capaz de promover certa unidade, aqui, atende por governo. Assim, em Portugal, os mercadores e toda uma parcela de profissionais urbanos em

ascensão não encontraram as barreiras impostas pela sociedade feudal, sendo desnecessário para estes adotar um modo novo de agir e pensar, uma mudança de valores, sobre os quais firmassem seu predomínio. Dos portugueses, adaptáveis facilmente à cultura de outros povos, e da classe burguesa primária, herdamos a persistência de hábitos tradicionais, como a associação às antigas classes dirigentes e a assimilação de seus princípios.

Para o autor, no Brasil, toda a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. O prestígio social estava vinculado, desde o princípio, mais à personalidade, independente do nome herdado. A escala social era permeável; tanto havia os que se tornassem nobres em decorrência de uma fortuna conquistada, quanto aqueles que voltavam à massa popular por infortúnios econômicos:

A verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender de suas próprias forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada. A abundância dos bens da fortuna, os altos feitos e as virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, suprem vantajosamente a prosápia de sangue (p.39).

Essa primazia pelo individual gerou o entrave para a organização espontânea, característica dos povos protestantes. As nações ibéricas tinham como doutrina o livre-arbítrio e a responsabilidade pessoal. Outro fator que contribuiu para a não formação do espírito de solidariedade foi a aversão ao trabalho mecânico por parte dos povos ibéricos, por nós herdada: “Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranqüilidade entre cidadãos, porque são necessárias, uma e outra, à harmonia dos interesses” (p. 39). Essa solidariedade só é possível quando há vinculação de interesses entre os indivíduos na sociedade, onde o esforço solitário de um é importante para o outro, onde o esforço é em prol da coletividade. Os portugueses, segundo Sérgio Buarque, quando conseguiam ser solidários o eram por sentimentos e não por interesse, limitando-se à fraternidade entre suas famílias e seus amigos.

Nos domínios coloniais do engenho a família é a base e o centro de toda a organização social, sendo este círculo familiar estendido até os escravos e agregados, esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade [do velho direito romano-canônico], em que a própria palavra “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi* (p. 81).

Portanto, as uniões que herdamos são constituídas pela família de estilo patriarcal, onde o que une os membros são os vínculos biológicos e afetivos, formando um núcleo forte, ligado por sentimentos e deveres, não por interesses e idéias. E, de toda a sociedade colonial, o grupo que se mostrou mais impermeável, sem possibilidade de opressão, foi o grupo familiar. O grupo familiar colonial constituía o único setor onde o princípio de autoridade não era disputado, onde o poder parecia ser “dado” de forma natural e a respeitabilidade e a obediência eram os fatores que proporcionavam coesão entre os homens. Desta ligação por sentimentos e não por princípios e idéias surge, segundo Sérgio Buarque, a confusão entre público e privado que marca nossa sociedade, acentuando a concentração de poder.

Além da personalidade e da aversão ao trabalho individual, a vontade de mandar e a disposição à obediência são peculiaridades dos povos ibéricos. A busca pelo menor esforço, pela dominação, não encontra, aqui, resistência. A aversão ao trabalho e a permeabilidade social geram o que manda e o que obedece. Os portugueses buscavam nessas terras riqueza gerada com ousadia, àqueles a quem dominavam obedeciam na esperança de um dia também estarem no comando. Essa característica fez perdurar a escravidão e o latifúndio na estrutura da economia e sociedade brasileira, mesmo após a Independência. Acrescenta-se à herança ibérica, o legado colonial rural, marcado pela escravidão e o latifúndio, caracterizaram as raízes da nossa sociedade, que se conservaram com a urbanização.

Para Sérgio Buarque, o fato de toda a estrutura de nossa base social ser no meio rural é importante para se entender os princípios políticos à época e que trazem reflexos à atualidade. Os senhores de engenhos formavam um grupo nobre, forte, capaz de ser o responsável pela economia e gerenciar a sociedade (sendo a lei e a “ordem”): “Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto possível, bastava em si mesmo” (p. 80). A transição de uma sociedade arcaica, para a sociedade democrática burguesa se deu de forma gradual, iniciando em 1850 com o fim do tráfico negreiro e findando somente em 1888, com a abolição. Para o autor, “enquanto perdurassem intactos (...) os padrões na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas” (p. 78). As novas riquezas ameaçam a hegemonia dos latifundiários, que acabaram por se unir a essa “classe” incipiente, conservando a sua mentalidade de

concepção social do meio rural em que viviam. Desse modo, espalhou-se a mentalidade da casa-grande, peculiar ao patriarcado rural, também no meio urbano, conquistando todas as profissões, até as mais humildes.

Assim, a família patriarcal é, para Sérgio Buarque, a base onde se construiu a política nacional, de governantes e de governados. O bom governo passa a ser aquele que trata seus governados paternalmente, em prol do bem de todos; e os governados devem, justamente, obediência voluntária e cordial em gratidão aos esforços dos governadores: “Esse rígido paternalismo é tudo quanto se poderia esperar de mais oposto, não já as idéias da França revolucionária, (...) mas aos próprios princípios que guiaram os homens do Estado norte-americano na fundação e constituição de sua grande República” (p. 85). Então, a burguesia em ascensão incorporou os valores sociais e espirituais do patriarcado rural, não assimilando os padrões éticos e os valores do liberalismo, que propunham a promoção da igualdade e da solidariedade entre os homens.

Essa conservação ética, que contribuía para a apropriação do público pelo privado e para o desenvolvimento da cordialidade, culminaram na distorção de grande parte das instituições liberais de inspiração européia em nosso país. O homem cordial domina a sociedade conforme suas regras pessoais, conservando aspectos tradicionais, como o mandonismo, fazendo do Estado nacional um estado patriarcal. A cordialidade, tão admirada por nossos visitantes estrangeiros não é alegria e hospitalidade; é um antagonismo à civilidade e à polidez, caracterizando uma necessidade de convívio social. Segundo Sérgio Buarque, é a libertação da ameaça de não poder contar com ninguém, de ser o único responsável por sua vida: “Ela é antes um viver nos outros” (p. 147). Sendo cordial, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social, e vê o coletivo como mola para o interesse pessoal, reafirmando, com frequência, um apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico: “Cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (p. 155). Aqui, fica claro o porque da persistência da obediência, da apatia destes.

Portanto, para Sérgio Buarque de Holanda, em razão de nossa herança cultural ibérica e por nosso legado do patriarcado rural, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou no Brasil: “Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com

familiaridade os governantes” (p. 160). O liberalismo brasileiro limitou-se ao fim do pacto colonial; ao fim do domínio externo e da reafirmação do mandonismo nacional.

O liberalismo na constituição da Burguesia Brasileira: a interpretação de Florestan Fernandes

Em sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975, Florestan Fernandes propõe a revisão, através do método empírico, das interpretações intelectuais até então feitas sobre as origens da burguesia brasileira. Nesta retomada, descreve o papel que o aporte teórico do liberalismo clássico teve na constituição dessa classe e porque a assimilação dessas ideologias se deu de forma particularista no Brasil.

O autor atribui à urbanização da “aristocracia agrária” e principalmente ao advento de “novas” profissões, decorrentes da modernização nos serviços, a disseminação de novas ideologias e idéias na sociedade brasileira. O isolamento na unidade produtiva, a condição de submissão à ordem econômica e política externa e a conseqüente falta de incentivo à modernização da produção conforme os preceitos empresariais, faziam com que o senhor de engenho tivesse uma concepção de mundo, de economia e de vida que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonial. Segundo sua interpretação, ao surgimento da burguesia brasileira, anteriormente à desagregação da ordem escravista e à extinção do regime imperial, não passava de uma congêrie social, que se via através de distinções e avaliações estamentais: “Um comerciante rico mas de origem plebéia não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre mas de “família tradicional” (p. 35).

Com a urbanização se deu, segundo Florestan, o solapamento do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista que culminou com a desagregação do sistema colonial. Patrimonialismo, conforme Campante (2003) é a substantivação do termo patrimonial (de origem adjetiva), que qualifica e define um tipo específico de *dominação*. Essa dominação estava ligada ao mandonismo hereditário, sanguíneo. Com a transferência para as cidades, o prestígio pessoal, que se originava das conquistas e não das heranças, passa a garantir *status* social. Para Florestan:

Essa parcela de senhores rurais tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram malvistas e proscritas no passado (p.46).

Aliada a essa “evolução” de personalidade da aristocracia rural, o surgimento de pessoas assalariadas ou em busca de alguma oportunidade para enriquecer, que possuíam, segundo o autor, uma tendência nítida de defesa do desnivelamento dos prestígios aristocratas, a urbanização assume um caráter de disseminação de privilégios e do aparecimento de formas de “dualidade ética”, onde o *nosso grupo* se reduzia à família dos interessados e o *grupo dos outros* à sociedade. Assim, o que importava não era a ascendência da família tradicional, mas, sim, a fortuna que cada qual possuía. A conquista material poderia transformar qualquer pessoa, independentemente de sua herança sanguínea, em comendador, barão, ou seja, em uma pessoa de bem.

Na análise de Florestan, em nenhum momento da constituição da burguesia brasileira o direito do cidadão foi almejado pela classe em formação. Os objetivos da elite nacional eram a internalização dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros, sem que para isso fosse usada a massa em busca de uma mudança na ordem social imperante. A maioria da população era mantida alienada ao processo de independência. Assim, a constituição do Estado Nacional não somente manteve a ordem social do sistema colonial, como reforço-a. Disso, o autor ressalta o elemento conservador da Independência do Brasil: “O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (p. 51). A conservação da ordem social é explicada pelo autor através da revisão da incorporação do liberalismo pelas elites nacionais.

O liberalismo se difundiu de forma polarizada entre a elite brasileira: a primeira diz respeito à ideologia, a segunda à utopia. De um lado, ele estava associado ao processo de consciência social acerca da emancipação colonial, o que motivou a busca por liberdade, igualdade, fraternidade e soberania. O desejo de liberdade e igualdade, que unia a elite, respondia a reivindicações sobre a condição de subordinação econômica, social e política em relação a Coroa. Essa situação neutralizava a expansão do poder da elite, considerando-se seu *status* na ordem social nacional. A equidade era vista como emancipação dos

estamentos senhoriais coloniais; era a busca pela liberdade do poder de igualdade e a fraternidade de interesses que unia essa aristocracia. Do outro lado, estava o caráter instrumental do liberalismo, na formação do Estado Nacional, onde se propunha criar uma nação em um país que não possuía nenhuma unidade nacional:

Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como “meio” e “fim”: “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam (p. 53).

O Estado era tido como a única entidade que podia ser manipulável conforme os interesses da elite nacional. No Brasil, conforme Florestan, o liberalismo não foi um dinamizador cultural revolucionário da população como um todo; o patrimonialismo e o mandonismo persistiram de forma conservadora, deixando a população à margem dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, mantendo a ordem social colonial: “Ele (liberalismo) não afetou os aspectos da vida social, econômica e política que continuavam a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista” (p. 55). Portanto, persistiram os antigos modelos patrimonialistas, no que tange ao mandonismo, sob a influência do liberalismo na organização do poder nacional, como as relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes famílias; no entanto, o Estado foi colocado em um plano independente e superior, coexistindo formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na prática, considerando a interpretação de Florestan, os preceitos tradicionais prevaleciam sobre os legais. Então, o liberalismo foi importante no processo de emancipação nacional, entretanto, não atingiu a massa da população, fato que marcaria as raízes da desigualdade na sociedade brasileira.

A partir daí, Florestan explica como as formas de poder político, criadas através da implantação do Estado nacional, foram assimiladas pelo estamento senhorial e convertidas em dominação estamental, dentro da doutrina liberal adaptada. Com o término da tutela colonial, a constituição da integração nacional “molda” o liberalismo entre a elite local, porém não era interesse para essa elite que os ideais liberais atingissem a população e ameaçassem seu poder e *status* social. Florestan, assim como Sérgio Buarque, delega à herança portuguesa e ao legado colonial escravista o caráter conservador e adaptativo da

elite brasileira. Interesses particulares se transformaram em interesses da nação; o individual era tido como coletivo. Como já foi mencionado, o Estado nacional era a entidade que “garantia” a integração interna e este era, gradualmente, subordinado ao poder tradicional, estabelecendo conexões da ordem legal constituída com o princípio da representação política no nível dos estamentos dominantes. O Estado nacional deveria, ao mesmo tempo, romper com a tutela colonial e conservar os privilégios sociais dessa elite. Assim, para o “bem” da nação, a elite deveria ter autonomia política e econômica e seus interesses deveriam ser tidos como interesses nacionais, tal qual se deu na Revolução Francesa. No entanto, aqui a massa ficou excluída do processo em si.

Devido a essa “transformação”, o elemento senhorial volta ao centro do palco, agora transfigurado em “cidadão”, para poder exercer seu poder de dominação dentro da democracia. Antes, isolado em sua unidade produtiva, seu mandonismo era local; já, adentrando o Estado, sua capacidade de compreender os privilégios sociais aumentou: o senhor rural transformara-se em um senhor social, comandando e oprimindo a maioria e fazendo do Estado um instrumento para tal e para conservar seu *status* social:

Assim, a ideologia liberal, inócua e excluída no nível da dominação patrimonialista (pela persistência concomitante da escravidão, do mandonismo, do privatismo e do localismo), encontra na sociedade civil, nascida na Independência, uma esfera na qual se afirma e dentro da qual preenche sua função típica de transcender e negar a ordem existente (p.58).

Com a possibilidade de contratar acesores, nomear funcionários estatais e políticos, o público e o privado se misturaram e o poder dessa elite nativa ficou mais concentrado e impermeável: “a chamada “massa dos cidadãos ativos” servia de pedestal e de instrumento aos “cidadãos prestantes”, a verdadeira *nata* e os autênticos *donos do poder* naquela sociedade civil” (p.60). Assim se deu a legitimação do poder após o término da tutela colonial. Para Florestan, a transformação do senhor em senhor-cidadão possui significado estrutural-funcional, onde as probabilidades de mando deste, pela primeira vez, ultrapassam os limites do domínio senhorial e atingem o poder político estabelecido.

Conforme o autor, o liberalismo teve um caráter dúplice no processo de desenvolvimento econômico e social no Brasil que, se, por um lado, incentivou a Independência, através da constituição da classe burguesa, por outro, não garantiu a supremacia de um povo. Apenas uma parcela da população, que pretendia conservar seu

prestígio e privilégios sociais e apossar-se do destino da coletividade, incorporou os ideais franceses. Portanto, para Florestan, quando a dominação senhorial alcança o poder político e a sociedade nacional passa a ser seu meio de dominação, sua “consciência” para a necessidade associativa entre seus iguais é despertada, caracterizando a dominação estamental. A partir disso, o liberalismo também se converte em privilégio social: “Ele fazia parte de concepções e ideais que se aplicavam a “relações entre iguais” e, por isso, ficava confinado à convivência e ao destino dos membros dos estamentos dominantes” (p. 61). A solidariedade política para a conservação da dominação estamental é essencial, mesmo que as idéias e os preceitos sejam contraditórios, a união e a lealdade se mantêm. Mas, apesar de seu “efeito colateral”, Florestan ressalta a importância que o liberalismo teve no processo de Independência nacional, principalmente por sua orientação prática, sua ação política e seu comportamento social que influenciaram a elite local. Assim, a constituição do Estado nacional é marcada pelo novo e pelo velho; a ideologia liberal respondia a uma ruptura entre o passado e o presente, sem que um prevalecesse sobre o outro: era a nossa mudança conservadora. Postas as interpretações é possível analisá-las e compará-las.

O liberalismo clássico nas visões de Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes: interpretações das desigualdades sociais no Brasil

Nota-se que as duas interpretações que descrevem e explicam a os aspectos de nossa formação social que corroboraram para a adaptação do liberalismo em nossa sociedade permanecem atuais. Sérgio Buarque, que tinha por motivação contemporânea a busca pelo *ethos* nacional, contribui, com maior profundidade, para o entendimento dos motivos (que respondem principalmente a nossa herança cultural ibérica e ao legado patriarcal rural) que deram suporte para que os ideais liberais fossem assimilados (no Brasil de maneira particularista e que persistissem de forma distorcida entre nós, atualmente. Já Florestan deixa um legado interpretativo mais centrado no processo de assimilação em si, apesar de descrever ao longo da obra as razões (fundamentalmente ligadas ao legado do patrimonialismo rural) para que essa ideologia fosse limitada à elite nacional.

Para ambos, as características de nossa sociedade não estão vinculadas a aspectos biológicos, mas pelas culturas por nós herdadas. Para Sérgio Buarque, os aspectos mais

latentes em nossas raízes de sociedade hierárquica e desigual são a nossa herança cultural ibérica e o legado do patriarcado rural. De Portugal, herdamos o personalismo e o individualismo, decorrentes de uma sociedade com estruturas de ascendência social flexíveis. Além disso, dos ibéricos conservamos as tendências anárquicas e a desvalorização do trabalho mecânico, fato que contribuiu para a desunião e a busca de diferenciação social e privilégios entre nós. Com o processo de colonização reforçaram-se os aspectos ibéricos conservados no Brasil. Os latifúndios e seus isolamentos reforçaram o mandonismo e as associações através de laços pessoais e sentimentais.

Já, Florestan Fernandes, apesar de reconhecer a influência de nossa herança portuguesa nas distorções das instituições liberais européias que aqui surgiram, concede peso maior aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialismo rural. A vida isolada no engenho fazia com que o senhor tivesse uma concepção de mundo limitada ao mandonismo e à personalidade. O autor ressalta o papel determinista da personificação em nossa sociedade, que nasce do grande poder do senhor rural. Para os dois autores, desse personalismo descende a incapacidade associativa em nossa sociedade. Nas duas obras, a urbanização dos senhores rurais e o desenvolvimento de novas profissões urbanas motivaram concepções cosmopolitas, gerando ambiente “propício” para a incorporação de ideais libertários.

Tanto Florestan quanto Sérgio Buarque indicam a assimilação restrita dos ideais da Revolução Francesa no Brasil como o aspecto conservador e corroborador da hierarquia social já existente. Florestan destaca a importância dos ideais libertários na constituição da burguesia nacional, mas sinaliza que o avanço histórico apresentou aspectos éticos opostos aos ideais de liberdade, igualdade e solidariedade. Para o autor, em nenhum momento da constituição da burguesia brasileira essa classe desejou a equiparação social. O liberalismo era uma ideologia adotada pela elite para buscar a Independência Nacional; a equidade era vista como emancipação dos estamentos senhoriais, sem usar, para isso, a massa.

Nas duas interpretações, a conservação de poderes tradicionais do mandonismo e do personalismo culminou no apoderamento do Estado por essa elite nacional e na apropriação do público pelo privado. Essas adaptações e conservadorismos geraram uma distorção das instituições européias que aqui foram criadas, que também se deve à família patriarcal (descendente dos latifúndios). Na busca da preservação dos privilégios familiares, a associação política se dá através de sentimentos e ligações sanguíneas e não por interesses e idéias. Aqui se faz uma diferença epistemológica entre os autores: Sérgio

Buarque usa a palavra interesse como oposta a sentimentos, mais vinculada a idéias; já Florestan a usa como próxima de sentimentos, à medida que interpreta os interesses da elite como sendo os interesses *dos outros* as vontades coletivas e os *nossos* interesses como as vontades e desejos particulares a essa elite ou aos seus familiares.

Também, no que tange à mobilidade social, os estudiosos divergem. Para Sérgio Buarque, nossa permeabilidade social faz parte de nossa constituição desde a colônia; Florestan, por sua vez, interpreta que o *status* através da fortuna surge entre nós com esses novos profissionais urbanos, que buscam sua diferenciação na estrutura social. Porém, os autores concordam que, ao se dar o processo de urbanização, os novos ricos e a elite aristocrata se unem, conservando e reiterando seus privilégios, e marginalizando ainda mais a coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a assimilação dos ideais libertários franceses do século XVIII, houve avanços sociais significativos no Brasil. Somos uma nação industrializada, onde a erradicação de várias doenças evitáveis foi atingida, diminuindo a mortalidade infantil, e a educação é constitucionalmente universal. No entanto, temos a impressão de que nossas raízes se solidificaram de tal forma que os avanços aparecem vinculados ao conservadorismo de nosso legado ético.

Nossos valores estão vinculados ao particularismo, ao mandonismo, à obediência, à cordialidade, à família patriarcal, ao patrimonialismo, ao personalismo, à aversão ao trabalho e ao espírito aventureiro. Essa gama de valores contribui para as Instituições e o Estado sejam usados em benefícios particulares. Esse particularismo está nos funcionários, que favorecem o atendimento aos “conhecidos”, no nepotismo, e nas alianças que garantem governabilidade em troca de favores socialmente aceitos. À luz dessas interpretações, podemos concluir que a desigualdade social brasileira está no âmago de nossa constituição social e é, acima de qualquer outro aspecto, decorrente de uma distorção ética.

Sérgio Buarque e Florestan Fernandes interpretaram a adaptação da ideologia da Revolução Francesa por nossa elite nativa como aspectos fundamentais para a constituição desta enquanto classe, propiciando as condições para a constituição do capitalismo

nacional. No entanto, a sua assimilação particularista e conservadora tem importância primordial nas distorções das éticas do liberalismo clássico, que acabaram acentuando as desigualdades sociais brasileiras.

À medida que a liberdade, a igualdade e a fraternidade só pertenciam à elite nacional, nossa herança cultural ibérica e nosso legado do patrimonialismo rural foram intensificados e conservados. Além disso, nossas heranças portuguesas e rurais também contribuíram para que os ideais da revolução francesa fossem aqui assimilados somente pela elite local. Permanecemos que, apesar da assimilação dos ideais liberais clássicos e em razão do modo como esta se deu, permanecemos uma sociedade de casa-grande-senzala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 Jan 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio e interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848, tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.